



## A PADRONIZAÇÃO CURRICULAR EM VITÓRIA-ES (2015–2024) E SEUS REFLEXOS NA FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA<sup>1</sup>

*Curricular standardization in Vitória-ES (2015–2024) and its impact on the social function of the public school*

RODRIGUES, Fabrício José<sup>2</sup>

MOLINA, Rodrigo Sarruge<sup>3</sup>

### RESUMO

Este estudo, com base no método e teoria do materialismo histórico-dialético, analisa a padronização curricular implementada em 2022 na rede municipal de ensino de Vitória-ES (contexto 2015-2024). Por meio de pesquisa documental, a investigação busca as contradições e mediações entre políticas nacionais — como o PNE 2014-2024, a EC 95/2016 e a BNCC 2017 — e a gestão curricular local. A pesquisa adota a pedagogia histórico-crítica como concepção para avaliar a função social da escola pública. Parte-se da hipótese de que a proposta do ofício n.º 1014/2021 da Secretaria de Educação de Vitória (SEME, 2021) — que unificou o tempo-aula, reduziu as cargas de História e Geografia, e introduziu "Projeto de Vida" e "Práticas Experimentais" — materializa uma racionalidade neoliberal e a primazia dos indicadores de desempenho. No nível micro, o estudo compara o impacto dessas mudanças nas matrizes curriculares de duas escolas localizadas em contextos socioeconômicos distintos (Jardim Camburi e Grande São Pedro). Para isso, são utilizados dados de matrículas, IDEB e pareceres do Conselho Municipal. Os resultados evidenciam que a padronização nas matrizes aprofunda as desigualdades estruturais e compromete a função social da escola como espaço de prática crítica e emancipatória.

**Palavras-chave:** Padronização Curricular. Vitória-ES. Função Social da Escola. Materialismo Histórico-Dialético.

### ABSTRACT

This study employs the historical-dialectical materialism method to analyze the curriculum standardization implemented in 2022 across the municipal education network of Vitória-ES (context: 2015–2024). Through documentary research, it investigates contradictions and mediations between national policies (PNE 2014–2024, EC 95/2016, BNCC 2017) and local curriculum management. Historical-critical pedagogy is adopted as the pedagogical framework to assess the emancipatory social role of public schooling. The central hypothesis posits that the guidelines of Official Letter No. 1014/2021-SEME/GAB—which unified class time, reduced History and Geography workloads, and introduced "Life Project" and "Experimental Practices"—embody neoliberal rationality and the primacy of performance metrics. At the micro level, the research compares the impact of these changes on curricular structures in two schools from contrasting socioeconomic contexts (Jardim Camburi and Grande São Pedro), using enrollment data, IDEB (Basic Education Development Index), and Municipal Council reports. Results demonstrate that standardization in curricular matrices intensifies structural inequalities and undermines the school's social function as a space for critical and emancipatory practice.

**Keywords:** Curricular Standardization. Vitória-ES. Social Function of the School. Historical-Dialectical Materialism.

<sup>1</sup> Este artigo é resultado da dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Espírito Santo. A pesquisa não exigiu apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução CNS 510/2016, por tratar exclusivamente da análise documental de fontes públicas e de dados institucionais não identificados. O trabalho não contou com financiamento de agências de fomento.

<sup>2</sup> Mestre em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES). Licenciado em Letras – Português/Inglês. Professor da rede pública municipal de Vitória-ES. E-mail: [fabricao.j.rodrigues@edu.ufes.br](mailto:fabricao.j.rodrigues@edu.ufes.br)

<sup>3</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [molinaprof@hotmail.com](mailto:molinaprof@hotmail.com).

## 1. INTRODUÇÃO

As reformas educacionais implementadas no Brasil nas últimas décadas refletem, em grande medida, a adesão do Estado às diretrizes do chamado “novo gerencialismo público”<sup>4</sup>, o qual é sustentado pela racionalidade neoliberal. Desde os anos 1990, com a consolidação das políticas de avaliação externa, da descentralização administrativa e da gestão por resultados, construiu-se um modelo educacional voltado à performatividade, à responsabilização das escolas e à reorganização do trabalho pedagógico, conforme padrões de eficiência e produtividade (Adrião, 2021). Nesse contexto, o currículo escolar passa a ocupar uma posição estratégica, sendo cada vez mais definido e padronizado segundo metas empresariais estabelecidas por organismos multilaterais e pelas políticas nacionais.

Diante desse quadro, este artigo analisa as transformações curriculares ocorridas na rede municipal de Vitória-ES a partir de 2022, adotando o materialismo histórico-dialético como método investigativo e a pedagogia histórico-crítica como concepção pedagógica. O materialismo histórico-dialético parte do pressuposto de que a realidade social é histórica e contraditória, constituída pelas relações sociais estabelecidas na dinâmica da luta de classes. Conforme Marx e Engels afirmam em *A Ideologia Alemã* “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (Marx; Engels, 2007, p. 24). Trata-se aqui de uma pesquisa documental, a qual encontra respaldo no método de Marx, pois segundo o autor,

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade de diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida da observação imediata e da representação.” (Marx, 1996, p. 409–410).

Assim, a adoção deste método permite compreender as transformações curriculares como expressões históricas determinadas por interesses econômicos e políticos mais amplos.

Por sua vez, a pedagogia histórico-crítica, constitui-se como um desdobramento educacional do materialismo histórico-dialético. Seu pressuposto central é que a função social da escola pública deve assegurar o acesso sistematizado do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, permitindo uma formação crítica, integral e omnilateral dos estudantes. (Saviani, 2008).

O problema central deste estudo é compreender como a padronização curricular implementada pela Secretaria Municipal de Educação de Vitória, a partir do Ofício nº 1014/2021, impactou a função social da escola em duas unidades de perfis socioeconômicos distintos: a Emef Elzira Vivacqua (Jardim Camburi) e a Emef Neusa Nunes (São Pedro). Para tanto, o objetivo é analisar os efeitos dessa padronização no currículo do Ensino Fundamental II (6.º ao 9.º ano), entre 2015 e 2024, com foco nas mudanças ocorridas após 2022. A escolha dessa etapa justifica-se por sua relevância nas avaliações externas, pelo papel estratégico do 9.º ano na transição entre redes e pela maior redução de carga horária em componentes das Ciências Humanas, o que dialoga diretamente com a hipótese central da pesquisa. Já a escolha das duas escolas fundamenta-se em critérios socioeconômicos, utilizando-se os Indicadores do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), órgão de pesquisa e planejamento do Estado do Espírito Santo. Diferentemente do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o

---

<sup>4</sup> O “novo gerencialismo público” refere-se à incorporação, nas práticas estatais, de princípios de gestão empresarial, como a eficiência, a mensuração de resultados e a responsabilização individual, expressando o redirecionamento das funções do Estado em consonância com a lógica neoliberal. Sob a ótica crítica, representa uma contrarreforma que desresponsabiliza o Estado de suas funções sociais, conformando-o às exigências do capital (Silva, 2020).

IJSN disponibiliza dados detalhados por bairro, permitindo uma análise mais precisa das condições materiais das comunidades escolares estudadas (IJSN, 2021).

O município de Vitória foi selecionado por reunir características que o tornam “laboratório” para o estudo de políticas curriculares: adota, desde 2022, uma das matrizes curricular rígida, com componentes fixos, como Projeto de Vida e Práticas Experimentais para estudantes desde o 1.º ano do ensino fundamental, e tempo-aula padronizado, documentada nos Anexos da Portaria SEME nº 14/2022 (Vitória, 2022); além disso, possui forte heterogeneidade intraurbana, contrastando bairros com maiores indicadores socioeconômicos, como Jardim Camburi, com territórios de vulnerabilidade histórica, como Grande São Pedro (IJSN, 2024). Essa heterogeneidade permite comparar, num mesmo sistema, escolas com condições materiais díspares — no caso, Emef Elzira Vivacqua e Emef Neusa Nunes — e avaliar se a padronização curricular atenua ou aprofunda desigualdades.

A hipótese que orientou a pesquisa foi a de que essa padronização desloca o foco formativo do conhecimento científico para uma formação tecnicista, orientada à preparação dos estudantes para as demandas imediatas do mercado de trabalho. Essa lógica curricular, portanto, materializa uma racionalidade neoliberal e a primazia dos indicadores de desempenho. Nesse sentido, alinha-se à crítica formulada por Molina e Bordignon (2022) à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que ancora a reforma em tela:

Compreendemos que o documento [BNCC] é ancorado na pedagogia das competências que tem como escopo a formação tecnicista dos cidadãos trabalhadores, de forma a domesticá-los às exigências da classe dominante no contexto histórico de 'ultraliberalismo', neoconservadorismo e flexibilização de direitos sociais. (Molina e Bordignon, 2022, p. 89).

O estudo analisa documentos federais (Base Nacional Comum Curricular - Brasil, 2017; Lei n.º 14.934/2024 - Brasil, 2024; Plano Nacional de Educação 2014-2024 - Lei n.º 13.005/2014; Emenda Constitucional n.º 95/2016), todos acessíveis publicamente no portal do governo federal (gov.br); documentos estaduais do Espírito Santo (Perfil da Pobreza no Espírito Santo; indicadores socioeconômicos - IJSN, 2021), disponíveis no site do Instituto Jones dos Santos Neves (ijsn.es.gov.br); e documentos municipais de Vitória-ES: matrizes curriculares (2022) das escolas *Emef Neusa Nunes Gonçalves* e *Emef Elzira Vivacqua dos Santos*, pareceres do Conselho Municipal de Educação (Comev), fluxo de matrículas (2015-2024) e resultados do IDEB (2015-2022), sendo o IDEB acessível no portal do INEP (gov.br/inep) e os demais documentos disponíveis mediante solicitação formal ao acervo da Secretaria Municipal de Educação (Seme) e Comev.

A delimitação temporal da pesquisa considera dois momentos complementares: (i) o período pré-padronização (2015-2021), caracterizado por relativa autonomia curricular e pela retirada do 9.º ano em escolas da Grande São Pedro, documentada oficialmente e amplamente noticiada (Século Diário, 2025; A Gazeta, 2025); e (ii) o período de padronização curricular (2022-2024), marcado pela implementação da matriz única, cuja relação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) constitui uma hipótese a ser explorada ao longo desta pesquisa.

Ao discutir a função social da escola no contexto contemporâneo de ofensiva gerencialista, o estudo não reduz seu objeto à aplicação mecânica desse conceito, reconhecendo, entretanto, sua relevância analítica para compreender as novas formas de controle pedagógico. Conforme Apple (2006) argumenta, as reformas educacionais que naturalizam a concorrência tendem a mercantilizar a educação e legitimar processos de exclusão social. Uma perspectiva que será analisada criticamente ao longo deste trabalho.

A partir desse contexto, o artigo analisa as reformas educacionais nacionais e seus desdobramentos em Vitória-ES, com foco em duas escolas municipais e nos efeitos da padronização curricular sobre a função social da escola pública, discussão focada na seção 4 (resultados da pesquisa) e nas considerações finais.

## 2. DA POLÍTICA NACIONAL À MUNICIPAL: CONTEXTO HISTÓRICO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS (2015-2024)

Entre 2015 e 2024, a política educacional brasileira atravessou três momentos decisivos: o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores — PT) em 2016; a ascensão de Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro — MDB); e a eleição de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal — PSL, posteriormente Partido Liberal — PL) em 2018. Nesse cenário de tensões marcadas pelo desmonte de direitos e pela austeridade fiscal, emergiram intensas mobilizações sociais contra as reformas educacionais, exemplificadas pelas ocupações estudantis em escolas públicas em todo o território nacional (Tokarnia, 2016). Para recompor esse percurso e compreender como ele se reflete nas escolas de Vitória-ES, abordamos neste tópico a pauta federativa de metas e financiamento, as reformas curriculares de alcance nacional e as disputas locais no campo educacional em Vitória-ES.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Brasil, 2014) assumiu vinte metas ambiciosas — da universalização da pré-escola ao aumento do investimento público para 7 % do PIB. O relatório de monitoramento do Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE) mostra que, após o biênio 2014-2016, apenas 3 metas das 20 metas haviam alcançado 50 % de sua execução (Brasil, 2016, p. 15). A recessão econômica iniciada em 2015 reduziu em R\$ 22,3 bilhões os recursos da União para a educação básica (Inesc, 2018).

Em 2016, a Emenda Constitucional 95/2016 instituiu o teto de gastos públicos por vinte anos, vinculando as despesas primárias à inflação do ano anterior. Essa medida, segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE, 2017), congelou o financiamento educacional e inverteu as prioridades sociais (p. 4), consolidando um cenário de estrangulamento orçamentário para as políticas públicas educacionais. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) registrou queda real de 11,8% no gasto federal por aluno entre 2016 e 2020, conforme demonstra o Relatório de Acompanhamento Orçamentário (Brasil, 2021).

Esse declínio impactou prioritariamente os programas de infraestrutura escolar e as bolsas de formação inicial, configurando um cenário de desinvestimento estrutural na educação básica. Freitas (2018) sustenta que a EC 95 inviabilizou a plena execução das metas, aprofundando as assimetrias regionais. Dos indicadores-chave, o CAQi (Custo-Aluno-Qualidade-Inicial), previsto na meta n.º 20, não saiu do papel, enquanto a meta n.º 5 (IDEB 6,0 no 9.º ano) estacionou em 5,1 em 2021 a nível nacional (Brasil, 2023).

Em meio ao governo de transição liderado por Michel Temer (MDB), consolidou-se a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017. Embora tenha sido gestado desde 2015, o documento ganhou sua forma final sob forte influência do Ministério da Educação comandado por Mendonça Filho (DEM-PE), sendo celebrado pelo Planalto como um passo decisivo para “modernizar” o currículo nacional (Brasil, 2017). A BNCC estabelece dez competências gerais e centenas de habilidades específicas, estruturando uma lógica curricular mais prescritiva. Para Zwirter e Martins (2020, p. 112), isso se traduz na introdução de “mecanismos de *accountability* que comprimem a autonomia dos sistemas”.

Anos depois, diante dos reiterados atrasos no cumprimento das metas elencadas no Plano Nacional de Educação (PNE), o poder executivo federal sancionou a Lei n.º 14.934/2024, prorrogando sua vigência até 31 de dezembro de 2025 e recomendando que os entes federativos implementem medidas para garantir o monitoramento anual das metas e a revisão temporal dos prazos (BRASIL, 2024). Contudo, projeção do Ipea (Brasil, 2023) estima que, mantido o limite do teto de gastos, o investimento federal por estudante retornará ao patamar pré-2014 apenas em 2032, inviabilizando, por exemplo, a expansão da educação em tempo integral (meta 6).

No âmbito das disputas curriculares na esfera municipal, um episódio emblemático da gestão de Luciano Rezende (Cidadania) ilustra como a agenda federal repercutiu nas redes locais: em 2017, a Prefeitura de Vitória suprimiu o 9.º ano em oito escolas da Grande São Pedro — entre elas a Emef Neusa Nunes Gonçalves — sob a justificativa de “reorganização da oferta” (Vitória, 2017). Tal medida, oficialmente apresentada como reestruturação da rede, teve como consequência imediata a redução de etapas de ensino em regiões periféricas da cidade, afetando diretamente o direito à educação básica nos territórios mais vulneráveis.

Contudo, a opção por suprimir justamente o ano cuja etapa final — balizada pelas avaliações do IDEB — apresentava os piores indicadores em 2015 na região administrativa de São Pedro, Vitória-ES (Brasil, 2023), o que não se explica apenas por ajustes de calendário ou de logística: em hipótese, trata-se de uma medida estratégica para economizar recursos em um segmento cujo desempenho repercute diretamente os repasses federais. Ao extinguir a turma do 9.º ano em território de baixa performance, o município reduz não só os custos com professores e infraestrutura, mas igualmente mitiga o risco de ter de devolver ou ver reduzido o financiamento vinculado aos resultados educacionais.

Essa medida deslocou os estudantes para escolas estaduais fora do bairro. Além disso, microdados do Censo Escolar indicam que, entre 2017-2019, as matrículas do Ensino Fundamental II na Grande São Pedro caíram 15%, enquanto o IDEB municipal permaneceu em 4,3 — dois pontos abaixo da meta projetada para 2019 (Brasil, 2021). Em síntese, a retração orçamentária levou à supressão de etapa escolar justamente na região de menor Indicador Social (IJSN, 2024), o que tensiona a função social da escola pública e evidenciando o descompasso entre metas e condições materiais.

Já em 2022, na gestão de Lorenzo Pazolini (Republicanos), a Portaria Seme n.º 14/2022 padronizou toda a matriz do Ensino Fundamental II, fixando 25 horas semanais e introduzindo os componentes Projeto de Vida e Práticas Experimentais inspirados nas competências da BNCC, justificando-os como estratégia de “recuperação de aprendizagens” e “equalização de oportunidades” (Vitória, 2022). Enquanto o primeiro ato revela a penetração do ideário de eficiência fiscal sobre a oferta escolar — com impactos diretos na continuidade formativa da população mais vulnerável —, o segundo explicita a adoção, já declarada, da lógica de padronização por competências, mostrando como a diretriz federal se traduz em uniformização curricular mesmo em redes marcadas por desigualdades infraestruturais.

O cruzamento entre a Emenda Constitucional n.º 95/2016, a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com decisões locais, como a adoção de uma matriz única e a retirada do 9.º ano em escolas da Grande São Pedro, gerou intensas tensões na comunidade escolar. Em 6 de março de 2025, pais, estudantes e profissionais da educação lotaram uma audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Vitória para reivindicar o retorno do 9.º ano às unidades afetadas. A mobilização expressa a contradição entre o discurso de uma “modernização eficiente” e os efeitos concretos de uma “precarização excludente”, especialmente nas regiões mais vulneráveis da capital capixaba (CMV, 2025).

Este substrato histórico-político analisado até o momento, sustenta as análises dos tópicos seguintes: (i) condições materiais das Emef Elzira Vivacqua e Neusa Nunes; (ii) impactos do corte do 9.º ano; (iii) efeitos iniciais da padronização curricular.

### **3. TRANSFORMAÇÕES CURRICULARES EM VITÓRIA-ES (2015-2024): TRAJETÓRIAS DAS EMEF ELZIRA VIVACQUA E EMEF NEUSA NUNES**

Para transitar da escala macro, das políticas, para o micro, das escolas, este tópico inicia-se com um roteiro triplo: (i) apresentar as condições materiais e socioterritoriais das Emef Elzira Vivacqua (bairro Jardim Camburi) e Emef Neusa Nunes (bairro Nova Palestina /Grande São Pedro); (ii) dimensionar os impactos concretos da retirada do 9.º ano na Grande São Pedro; e (iii) discutir os efeitos inaugurais da padronização curricular de 2022, cotejando alterações de carga horária, desempenho diagnóstico e permanência escolar. Com esse tripé analítico buscamos evidenciar que, longe de atuar sobre um campo homogêneo, a mesma política gera resultados radicalmente distintos quando confrontada com realidades infraestruturas, históricas e sociais desiguais.

Mas o que seria a padronização curriculares em Vitória-ES? Até 2021, o tempo-padrão de cada aula na rede municipal era de 50 minutos, conforme registrado na Proposta de Organização do Ano Letivo 2022 (Vitória, 2022); a partir da Portaria 14/2022, cada período passou a ter 55 minutos. À primeira vista, o acréscimo de cinco minutos parece marginal, porém ele amplia a carga letiva anual em cerca de 10 % (200 h extras num ciclo de 4 anos) e reconfigura a grade semanal para acomodar os novos componentes.

Além da redefinição do tempo escolar, a Portaria nº 14 (Seme, 2022) consolidou uma matriz de componentes fixos para todo o Ensino Fundamental II. Enquanto as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos de Vitória (Vitória, 2020) facultavam às escolas a prerrogativa de ampliar ou reduzir disciplinas conforme seus Projetos Político-Pedagógicos, o Anexo I da nova portaria lista onze componentes obrigatórios, sem margem para ajuste, e acrescenta dois inéditos – Projeto de Vida e Práticas Experimentais –, cada qual com uma aula semanal (Vitória, 2022). Na prática, a fixação da grade suprimiu a flexibilidade que permitia, por exemplo, mais aulas de História e Geografia para projetos de memória territorial, redistribuindo a carga sobretudo à custa das Ciências Humanas.

Além da redefinição do tempo escolar, a Portaria 14 (Seme, 2022) consolidou uma matriz de componentes fixos para todo o Ensino Fundamental II. Enquanto as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos de Vitória (Vitória, 2020) facultavam às escolas a prerrogativa de ampliar ou reduzir disciplinas conforme seus Projetos Pedagógicos, o Anexo I da nova portaria lista onze componentes obrigatórios, sem margem de ajuste, e acrescenta dois inéditos – Projeto de Vida e Práticas Experimentais –, cada qual com uma aula semanal (Vitória, 2022). Na prática, a fixação da grade suprimiu a flexibilidade que permitia, por exemplo, mais aulas de História e Geografia para projetos de memória territorial, redistribuindo carga sobretudo às custas das Ciências Humanas.

Essas transformações, embora justificadas pelo discurso da equidade, produziram efeitos distintos na Emef Elzira Vivacqua – localizada em bairro com maior indicador socioeconômico, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) – e na Emef Neusa Nunes Gonçalves – situada em território de vulnerabilidade, conforme apontado pelo mesmo instituto. É esta diferença que examinaremos a seguir ao contrastar as trajetórias de ambas antes e depois da padronização curricular.

A Emef Elzira Vivacqua dos Santos, fundada em 1984, atende estudantes do 1.º ao 9.º ano do Ensino Fundamental em regime de tempo parcial, nos turnos matutino e vespertino. Entre

2017 e 2024, a escola manteve uma média estável de matrículas, variando entre 723 e 795 estudantes (PMV, 2024), o que revela uma demanda constante por vagas e uma trajetória de permanência consolidada. Localizada em Jardim Camburi, o bairro mais populoso de Vitória, a escola está inserida em uma região planejada, com ampla oferta de serviços públicos, comércio diversificado e áreas de lazer. Esse perfil territorial reflete-se no contexto escolar, marcado por um público com acesso a bens culturais e capital social acumulado.

Nos últimos ciclos avaliativos do IDEB, a escola obteve desempenho acima da média da rede municipal (Brasil, 2023), sendo destacada pela Seme como referência em gestão e eficiência pedagógica. Seu desempenho positivo em avaliações externas, aliado à infraestrutura consolidada e à estabilidade do corpo docente, oferece condições favoráveis à implementação das diretrizes curriculares, incluindo a padronização instituída em 2022.

Em contraste, a Emef Neusa Nunes Gonçalves está localizada no bairro Nova Palestina, na região da Grande São Pedro, zona oeste de Vitória. A unidade atende estudantes do 1º ao 8º ano do Ensino Fundamental, nos turnos matutino, vespertino e noturno (EJA). Inserida em uma área marcada por vulnerabilidade social, a escola enfrenta desafios estruturais e pedagógicos que refletem o histórico de exclusão urbana da região (IJSN, 2021).

Em contraste, a Emef Neusa Nunes Gonçalves está localizada no bairro Nova Palestina, na região da Grande São Pedro, na zona oeste de Vitória. A unidade atende estudantes do 1º ao 8º ano do Ensino Fundamental, nos turnos matutino, vespertino e noturno (EJA). Inserida em uma área marcada por vulnerabilidade social, a escola enfrenta desafios estruturais e pedagógicos que são reflexo do histórico de exclusão urbana da região (IJSN, 2021).

Historicamente, o bairro São Pedro foi uma área de descarte de resíduos urbanos, conhecida como 'lixão de São Pedro', onde famílias em situação de extrema pobreza sobreviviam da coleta de materiais recicláveis (Almeida, 1983). Embora tenha passado por processos de urbanização ao longo das décadas de 1990 e 2000, o bairro ainda apresenta indicadores sociais abaixo da média municipal (IJSN, 2021).

A escola ofertava o 9.º ano do Ensino Fundamental até 2015, quando essa etapa foi suprimida, o que comprometeu sua inclusão no cálculo do IDEB para os anos finais. Entre 2017 e 2024, a escola registrou uma queda significativa no número de matrículas, passando de 1.109 para 847 estudantes (PMV, 2024). Essa redução está associada a fatores como evasão escolar, mobilidade urbana e dificuldades na implementação das diretrizes curriculares de 2022.

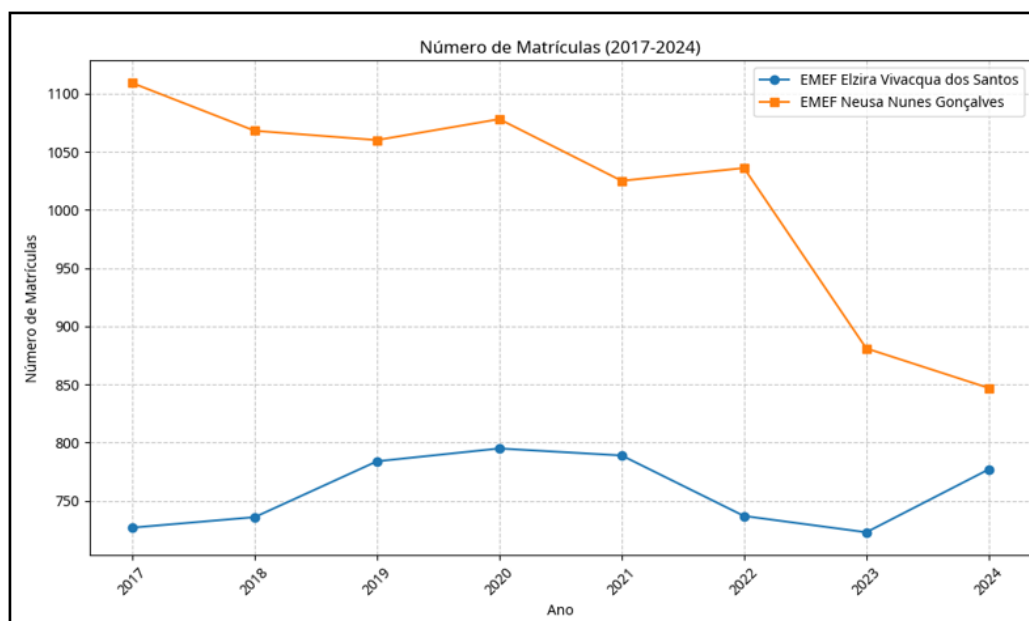
No IDEB de 2023, referente aos anos iniciais, a escola registrou 5,6 pontos, resultado abaixo da meta projetada para a rede municipal (Brasil, 2023). A ausência de dados para os anos finais reflete as consequências da supressão do 9.º ano, o que invisibiliza a escola nas avaliações em larga escala e compromete o acompanhamento de suas políticas pedagógicas.

Os gráficos de fluxo escolar entre 2017<sup>5</sup> e 2024 revelam dinâmicas bastante distintas entre as duas escolas. Enquanto a Emef Elzira Vivacqua dos Santos apresenta taxas de aprovação superiores a 90% durante todo o período, com baixa incidência de reprovação e abandono, a Emef Neusa Nunes Gonçalves enfrenta oscilações significativas nas taxas de evasão e reprovação. A seguir, é pode-se observar o fluxo de matrícula entre as duas escolas:

---

<sup>5</sup> As tentativas de extração dos dados de fluxo anteriores a 2017, via Microdados do Censo Escolar e relatórios internos da SEME-Vitória, não localizaram registros completos ou acessíveis até o encerramento desta pesquisa (maio de 2025).

**Gráfico 1 - Número de matrículas (2017 a 2024)**



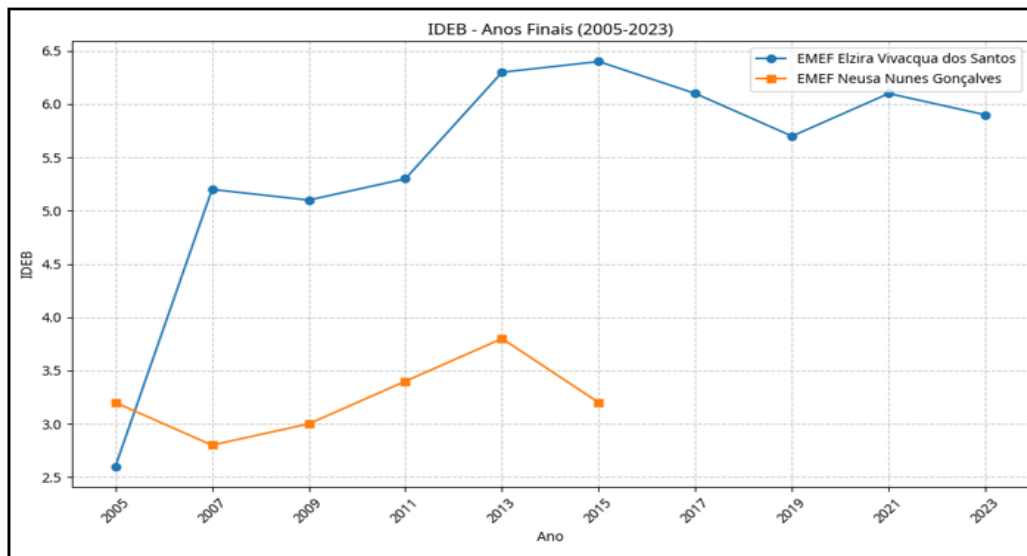
Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O Gráfico 1, que apresenta as alterações no número de matrículas nas duas escolas, mostra uma queda progressiva no total de estudantes da Emef Neusa Nunes Gonçalves já a partir de 2017. Isso é reflexo de processos anteriores, como a supressão do 9.º ano em 2015, cujos efeitos se intensificaram nos anos subsequentes. A ausência dessa etapa comprometeu a continuidade da trajetória escolar dos estudantes e criou um “vazio institucional” no encerramento do ciclo, com impactos tanto sobre os dados de permanência quanto sobre a visibilidade da escola nas avaliações externas.

Na Emef Elzira Vivacqua dos Santos, por outro lado, a manutenção do 9.º ano e a organização curricular estável contribuíram para a regularidade das trajetórias escolares. Essa diferença evidencia que a padronização curricular implementada em 2022 encontrou terrenos desiguais para sua execução. Enquanto uma escola dispunha de estrutura consolidada, corpo docente estável e trajetória institucional contínua, a outra lidava com o desafio de reconstruir vínculos, conter a evasão e reagir às consequências da descontinuidade curricular.

No Ensino Fundamental II, a qualidade educacional sustenta-se em dois pilares: a frequência escolar e os resultados das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Este sistema oferece um diagnóstico detalhado de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática por ciclos e turmas, identificando pontos fortes e lacunas. O desempenho no 9.º ano, por sua vez, é tomado como referência tanto pelo Saeb quanto pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), conferindo a essa etapa um caráter estratégico na composição dos indicadores de qualidade e no direcionamento do planejamento pedagógico. Ao excluir o 9.º ano, perde-se não apenas uma etapa fundamental de acompanhamento dos alunos, mas também a base de cálculo essencial para medir, visibilizar e aprimorar a eficácia das políticas educacionais. É possível observar os resultados do IDEB, com mais precisão, no gráfico a seguir:

**Gráfico 2- Resultados históricos do IDEB das Emef's Elzira Vivacqua e Neusa Nunes**



**Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

Na Emef Neusa Nunes Gonçalves, essa situação tornou-se evidente a partir de 2015, quando o 9.º ano foi excluído da oferta regular. Como mostra o Gráfico 2, a escola deixou de apresentar resultados no IDEB para os anos finais do Ensino Fundamental, o que prejudica não apenas o monitoramento da aprendizagem, mas também sua inclusão em políticas públicas que utilizam esse indicador como critério de reconhecimento institucional. Embora a pesquisa reconheça os limites do IDEB como medida padronizada e redutora da qualidade educacional - voltada muitas vezes mais à responsabilização do que à melhoria efetiva das práticas pedagógicas (Freitas, 2018) -, a ausência desse dado compromete a visibilidade da escola e o acesso a recursos e políticas de apoio. Nos anos iniciais, o IDEB da unidade apresenta oscilações, com leve crescimento ao longo do período e o alcance de 5,6 pontos em 2023 — resultado abaixo da meta projetada para a rede (Brasil, 2023).

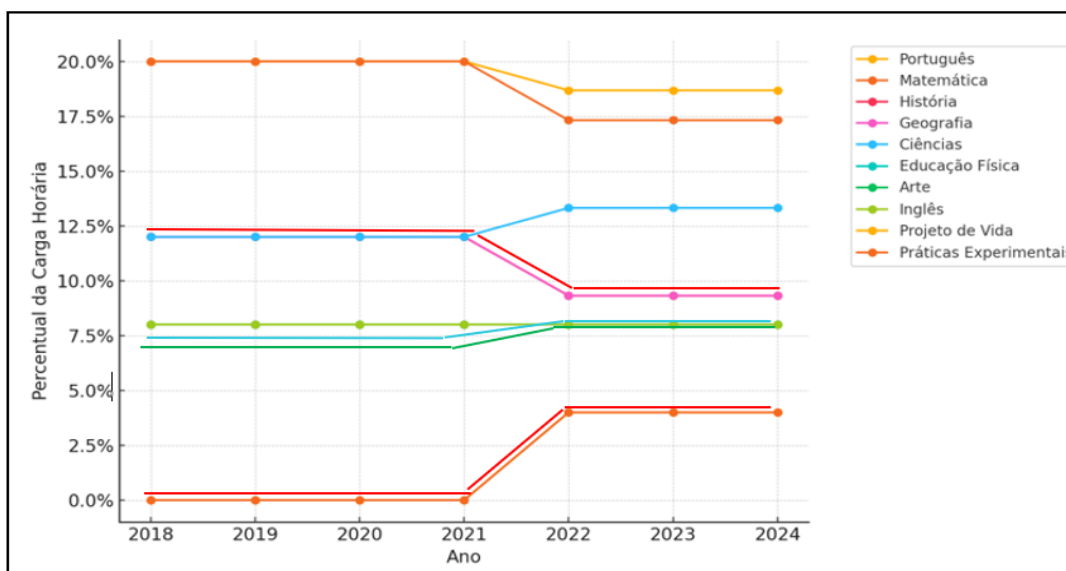
Já a Emef Elzira Vivacqua dos Santos manteve a oferta do 9.º ano durante todo o período analisado e, como se observa no mesmo gráfico, apresenta uma trajetória ascendente e estável tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. A escola supera consistentemente as metas estabelecidas, consolidando-se como referência institucional e ocupando um lugar privilegiado nos relatórios de desempenho divulgados pela Secretaria Municipal de Educação. Esse desempenho é resultado, em grande medida, da articulação entre estabilidade organizacional, continuidade curricular, capital cultural das famílias e condições estruturais mais favoráveis (Freitas, 2018).

A invisibilidade da Emef Neusa Nunes Gonçalves nos dados do IDEB dos anos finais contribui para sua desvalorização institucional e dificulta o acesso a mecanismos de reconhecimento e financiamento. Além disso, evidencia a contradição entre o discurso da equidade e as práticas avaliativas, as quais tendem a reforçar as desigualdades, ao medir com os mesmos critérios escolas situadas em contextos profundamente distintos.

Se, por um lado, os dados do IDEB demonstram os limites da avaliação em larga escala como medida isolada de qualidade educacional, por outro, é fundamental observar como essas lógicas avaliativas incidem concretamente sobre a organização do tempo escolar, reconfigurando o currículo por meio de diretrizes que respondem mais a metas externas do que às necessidades formativas das comunidades escolares.

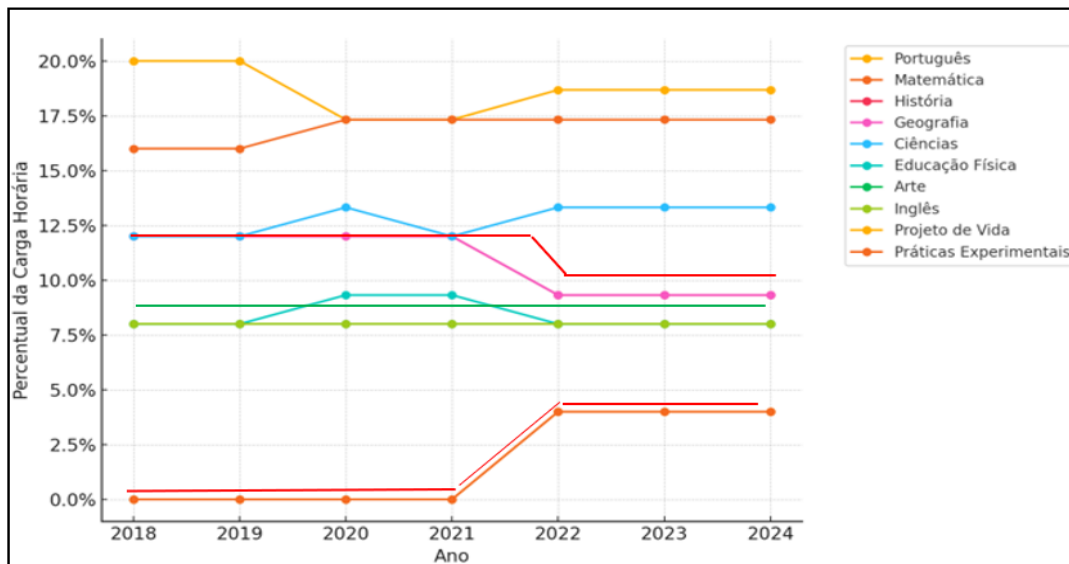
A fim de aprofundar essa análise e conferir concretude aos efeitos da padronização curricular, apresentam-se a seguir dois gráficos que comparam as alterações na carga horária semanal dos componentes curriculares no Ensino Fundamental II das escolas Emef Neusa Nunes Gonçalves e Emef Elzira Vivacqua dos Santos, entre os anos de 2018 e 2024, além de ser possível observar o influxo a partir de 2022, o qual representa a padronização curricular no município.

**Gráfico 3 - Transformações Curriculares da Emef Neusa Nunes Gonçalves (2018 - 2024)**



Fonte: elaborado pelos autores (2025)

**Gráfico 4 - Transformações Curriculares da Emef Elzira Vivacqua do Santos (2018 - 2024)**



Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Conforme mostram os Gráficos 3 e 4, a carga horária semanal destinada aos diferentes componentes curriculares sofreu alterações significativas nas duas escolas analisadas. Na Emef Neusa Nunes Gonçalves, observam-se percentuais bastante elevados para Língua Portuguesa e Matemática até 2021, somando juntas cerca de 40% da carga semanal. Essa concentração revela uma priorização de disciplinas avaliadas por exames em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o que dialoga com a lógica de performatividade. Já na Emef Elzira Vivacqua dos Santos, embora essas duas disciplinas

também tenham peso central, sua carga é um pouco mais equilibrada em relação aos demais componentes, sobretudo entre 2018 e 2020.

A partir de 2022, com a implementação da matriz padronizada, há uma leve redução na carga de Português e Matemática em ambas as escolas. Essa redução, embora aparentemente sutil, resulta em uma diminuição de quase 3% da carga horária total para cada disciplina, o que pode implicar em menos tempo para consolidação de aprendizagens fundamentais, sobretudo em contextos em que os déficits acumulados são maiores.

Mais expressivas, no entanto, são as alterações nas disciplinas de História e Geografia. Em ambas as escolas, esses componentes passaram de três aulas semanais para duas e um terço a partir de 2022, o que representa uma redução superior a 22% em sua carga horária. Ao longo do período de 2018 a 2021, História e Geografia somavam juntas cerca de 24% da matriz semanal do Fundamental II. Com a padronização, esse total caiu para 18,6%, o que revela não apenas uma redução quantitativa, mas também uma reconfiguração das prioridades formativas estabelecidas pela política curricular da rede.

É importante destacar que, diferentemente das disciplinas mencionadas acima, as cargas de Ciências, Educação Física, Arte e Inglês mantêm-se praticamente estáveis ao longo do período. A única exceção é uma leve ampliação em Ciências na Emef Elzira Vivacqua entre 2020 e 2021, antes da padronização. Essa estabilidade revela que as principais alterações se concentram nos componentes historicamente mais associados à formação capaz de compreender as transformações sociais e as dinâmicas de poder, como as Ciências Humanas, e naqueles diretamente relacionados ao desempenho em avaliações externas.

A reconfiguração curricular torna-se ainda mais evidente com a introdução de dois novos componentes: Projeto de Vida e Práticas Experimentais, incluídos na matriz a partir de 2022, ambos com uma aula semanal, o que corresponde a 4% cada da carga horária total. Essa inserção ocorre sem ampliação da jornada escolar, o que leva à necessidade de redistribuição interna do tempo pedagógico. Em vez de representar um acréscimo formativo, os novos componentes ocupam o lugar de disciplinas consolidadas, contribuindo para a fragmentação do tempo escolar e para a substituição de saberes historicamente acumulados por abordagens mais generalistas e orientadas ao desenvolvimento de competências socioemocionais e práticas de iniciação científica desvinculadas da densidade teórica necessária.

A análise das duas escolas também revela que a padronização curricular se manifesta de forma assimétrica. Na Emef Elzira Vivacqua dos Santos, situada em região de alto IDH e com maior estabilidade institucional, a redução de carga horária em determinados componentes é absorvida com menor impacto, dada a continuidade pedagógica, o engajamento docente e as condições de infraestrutura. Na Emef Neusa Nunes Gonçalves, por outro lado, situada em território de vulnerabilidade social e com histórico de descontinuidade, a mesma matriz padronizada se impõe como um modelo descolado das possibilidades reais de aplicação, agravando lacunas e limitando ainda mais o acesso dos estudantes aos saberes fundamentais.

Ao reduzir o tempo destinado à formação histórica e à reflexão geográfica sobre o mundo, a matriz curricular padronizada da rede municipal reorienta a função da escola, deslocando-a do papel de mediação crítica do conhecimento para uma formação voltada à adaptação e ao desenvolvimento de habilidades comportamentais, como demonstrou Molina & Bordignon (2022) ao discorrer sobre a pedagogia das competências. A análise das matrizes permite, assim, explicitar que não se trata apenas de um rearranjo técnico-administrativo, mas de uma transformação profunda no próprio projeto educativo que orienta a política curricular.

Na sequência, examinaremos como a padronização curricular pós-2022 se projeta sobre a função social da escola.

#### **4. RESULTADOS DA PADRONIZAÇÃO CURRICULAR PÓS-2022 E SEUS EFEITOS SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA**

A análise dos dados da reforma curricular implementada em Vitória-ES revela uma transformação profunda no papel da escola pública, que transcende a mera reorganização administrativa para atingir o cerne de sua função social. Como definiu Saviani, a razão de ser do trabalho educativo é “[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2011, p. 13). Como demonstra a comparação entre as Emef Elzira Vivacqua dos Santos e Neusa Nunes Gonçalves, a padronização curricular pós-2022, ao esvaziar o currículo de saberes substantivos, afastou-se desse propósito de produção da humanidade e produziu efeitos radicalmente distintos conforme o contexto socioeconômico de cada unidade escolar, expondo as contradições inerentes a políticas educacionais que ignoram as desigualdades estruturais e negam, sobretudo aos mais vulneráveis, o acesso ao processo de humanização.

Os resultados das duas escolas pesquisadas ilustram com clareza essa dinâmica: na Emef Elzira Vivacqua, localizada no bairro de Jardim Camburi — região que, segundo o IJSN (2021), apresenta melhores condições socioeconômicas e infraestrutura — a reforma curricular foi assimilada sem grandes rupturas. Com infraestrutura adequada, corpo docente estável e estudantes oriundos de famílias com maior grau de escolaridade e renda per capita, a escola manteve índices de aprovação acima de 90% e trajetória ascendente no IDEB (6,0 em 2023). Já na Emef Neusa Nunes, localizada na vulnerável região da Grande São Pedro, os impactos foram profundamente negativos: após a retirada do 9.º ano em 2015 (Portaria 123/2017), as matrículas caíram 15% entre 2017-2019, o tempo médio de deslocamento dos estudantes aumentou 25%, e a escola tornou-se invisível nos indicadores oficiais para anos finais.

Ao impor uniformidade curricular sobre realidades infraestruturais tão desiguais, a lógica de padronização não gera igualdade de oportunidades, mas antes institucionaliza e legitima as diferenças pré-existentes. A análise dos documentos oficiais que fundamentaram a reforma curricular em Vitória-ES revela uma preocupação obsessiva com a "melhoria de indicadores" e "adequação às avaliações externas", presente nas justificativas para as mudanças implementadas (PMV, 2022). Essa priorização absoluta das métricas quantitativas sobre os processos qualitativos de aprendizagem materializa com triste precisão o que Freitas (2018, p. 145) denomina de "ditadura dos indicadores".

Os dados revelam como essa "ditadura" opera na prática: primeiro, reduz processos educacionais complexos a números comparáveis; depois, usa esses mesmos números para classificar hierarquicamente as escolas; por fim, aloca recursos e políticas de forma diferenciada conforme o desempenho nos índices, criando um círculo vicioso de exclusão institucional. O resultado? Um sistema que pune duplamente as escolas em territórios vulneráveis - primeiro pelas condições estruturais precárias, depois por seus "maus resultados" nas avaliações padronizadas.

A análise contrastiva entre a Emef Elzira Vivacqua e a Emef Neusa Nunes explicita como a padronização curricular, longe de promover equidade, aprofunda desigualdades. Na primeira, localizada em um bairro com alto capital cultural e econômico, a redução da carga horária de Humanas pode ser, em parte, compensada pelo acesso a outros espaços de formação e informação. Já na Emef Neusa Nunes, inserida em um território de vulnerabilidade, a escola é, muitas vezes, o único lócus de acesso a esse conhecimento. Portanto, a mesma política de corte tem um impacto devastador e desproporcional, configurando-se, nas palavras de Saviani

(2011), não como uma mera inadequação técnica, mas como uma função política de exclusão. A padronização, sob a égide da suposta neutralidade administrativa, nega o direito ao conhecimento mais substantivo justamente àqueles que mais dependem da escola pública para sua emancipação.

O caso da Emef Neusa Nunes ilustra com dramaticidade a realidade de escolas em regiões vulneráveis. Além da exclusão do 9.º ano ocorrida em 2015, a instituição viu seu trabalho com as Ciências Humanas – já precário – ser deliberadamente fragilizado pela redução da carga horária. Em um contexto onde a escola representa o único espaço de acesso sistemático ao conhecimento crítico, essa diminuição transcende a mera inadequação técnica: configura um empobrecimento formativo grave, pois para Saviani (2011):

[...] é no seu aparecer estritamente técnico que tais interesses desempenharão sua finalidade realmente política. É na função objetivamente política de excluir as crianças pobres da escola que as limitações técnicas do currículo inadequado, dos programas mal dosados e sequenciados, das exigências arbitrárias de avaliação, do despreparo do professor, precisam ser captadas, se quisermos ver a escola brasileira hoje tal qual é, e tal qual parece ser. E é nessa contradição entre seu ser e seu aparecer que havemos de captar também o movimento do seu vir a ser, pois essa é a sua crise atual. (Saviani, 2011, p. 27)

A afirmação de Saviani adquire especial relevância quando confrontada com os dados empíricos de Vitória-ES. A pesquisa revela uma contradição fundamental: enquanto a reforma curricular se apresentava como transformação, na prática manteve intactas as estruturas que perpetuam as desigualdades educacionais. Nas escolas de contextos vulneráveis como a Emef Neusa Nunes, onde grande parte dos estudantes dependem exclusivamente da instituição para acesso ao conhecimento, a ausência de condições materiais adequadas criou o que podemos denominar de "transformação conservadora": mudanças superficiais que mantêm intactos os mecanismos de exclusão.

Esta significativa redução nas disciplinas de História e Geografia (superior a 22%) em prol de componentes como 'Projeto de Vida' e 'Práticas Experimentais' materializa, na prática curricular, um afastamento da função social da escola preconizada pela pedagogia histórico-crítica. Para Saviani (2008), a escola pública tem o papel fundamental de garantir o acesso aos saberes sistematizados e historicamente acumulados, condição essencial para a formação omnilateral e a emancipação humana. Ao fragilizar o ensino das Ciências Humanas, que fornecem os instrumentos intelectuais para a compreensão crítica da sociedade, das lutas de classes e da formação socioespacial, a reforma curricular de Vitória-ES opera uma guinada em direção a uma formação tecnicista e adaptativa. O conhecimento é substituído por "competências", e a reflexão crítica cede espaço a um projeto de vida individualizado, que naturaliza as condições sociais existentes em vez de fornecer as ferramentas para sua transformação.

Os dados coletados nas escolas públicas de Vitória-ES expõem uma contradição estrutural: enquanto as reformas curriculares pós-2012 operam sob a lógica da eficiência administrativa, ignoram que a organização do conhecimento escolar está diretamente vinculada aos mecanismos de reprodução social. Essa mediação — frequentemente obscurecida por discursos de "modernização pedagógica" — revela-se decisiva, pois conforme alerta István Mészáros:

A diferença concerne diretamente ao domínio da reprodução material vital [...] Pois o imperativo do tempo do capital predominante [...] impõe seus efeitos negativos e humanamente empobrecedores sobre cada aspecto da atividade material e intelectual [...] Por conseguinte, a necessidade de emancipação humana, em que a educação socialista desempenha um papel crucial, representa a esse respeito um desafio fundamental. (Mészáros, 2005, p 97).

Frente à contradição estrutural demonstrada, torna-se evidente que a padronização curricular implementada em Vitória-ES operou como um dispositivo de aceleração da lógica do capital no espaço escolar, convertendo a suposta "neutralidade técnica" em reforço das assimetrias materiais. Quando Mészáros (2005) denuncia os efeitos do "imperativo do tempo do capital" sobre a atividade intelectual, ilumina precisamente o cerne do problema: ao desprezar as condições concretas de existência da comunidade escolar — desde infraestrutura precária até a desconsideração de saberes locais —, a reforma não apenas aprofundou desigualdades, mas sequestrou o tempo pedagógico necessário à formação crítica. Reverter esse quadro exige, portanto, mais que ajustes pontuais; demanda subverter a própria racionalidade instrumental que reduz educação a treinamento adaptativo. Somente um projeto curricular antagônico à lógica da mercadorização — ancorado no acesso democrático ao conhecimento substantivo e na valorização dos contextos como espaços de resistência — poderá cumprir a função social da escola como efetivo lócus de emancipação humana, tal como preconiza o autor.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da reforma curricular em Vitória-ES entre 2022 e 2024 revela os profundos paradoxos das atuais políticas educacionais brasileiras. Ao analisarmos os dados coletados, emerge um quadro preocupante: a implementação da BNCC, associada às políticas de austeridade fiscal e à lógica gerencialista, produziu efeitos diametralmente opostos aos discursos oficiais de equidade e qualidade educacional.

A análise, à luz da pedagogia histórico-crítica, demonstra que a função social da escola pública — entendida como o acesso ao conhecimento sistematizado para a formação humana omnilateral e emancipatória (Saviani, 2011) — foi severamente comprometida pelo duplo movimento analisado: a supressão de etapas de ensino em territórios periféricos e o esvaziamento curricular via padronização. Longe de promover equidade, a reforma aprofundou o abismo educativo entre as escolas da rede.

O núcleo do problema reside na forma como a reforma curricular foi concebida e executada. A redução em 22% da carga horária de História e Geografia - disciplinas fundamentais para a formação do pensamento crítico - em favor de componentes como "Projeto de Vida" e "Práticas Experimentais" não foi uma decisão técnica neutra, mas uma opção política que reflete a pedagogia das competências hegemônica na BNCC. Essa mudança, apresentada como "modernização curricular", revelou-se na prática um esvaziamento do potencial transformador da escola pública, especialmente nas unidades que atendem populações vulneráveis.

Os dados demonstram como essa reforma se articulou com o contexto mais amplo de desmonte das políticas educacionais. A Emenda Constitucional 95/2016, ao congelar os investimentos públicos, criou as condições materiais para que a reforma se tornasse mais um mecanismo de precarização. O resultado foi a implementação de uma política curricular "enxuta", que ignorou solenemente as metas do PNE relacionadas à qualidade da educação e à valorização docente.

O caso da Emef Neusa Nunes é paradigmático. A retirada do 9.º ano em 2015, seguida pela implementação da nova matriz curricular em 2022, criou um círculo vicioso de exclusão: sem

condições materiais para implementar as mudanças, a escola viu seu desempenho cair, o que justificou novos cortes e intervenções. Enquanto isso, a Emef Elzira Vivacqua, com sua estrutura consolidada, assimilou as mudanças sem grandes rupturas, aprofundando a distância entre os dois modelos de escola pública.

Essa experiência deixa claro que não há possibilidade de construção de uma educação verdadeiramente democrática sem o enfrentamento direto de três questões centrais:

A necessidade de superar o modelo de currículo por competências, que tem se mostrado incapaz de garantir a formação integral dos estudantes; o imperativo de revogar a política de austeridade fiscal, que inviabiliza a implementação de qualquer projeto educacional minimamente consistente; a urgência de se construir políticas curriculares que considerem as desigualdades estruturais entre as escolas e territórios.

O caso de Vitória-ES serve como alerta para os riscos de continuarmos trilhando o caminho da padronização, da meritocracia e do gerencialismo na educação. Os dados mostram que esse modelo não apenas fracassa em promover equidade, como aprofunda as desigualdades que prometia combater. A alternativa passa necessariamente pela retomada do investimento público, pela valorização do conhecimento crítico e pelo respeito às particularidades locais - únicos caminhos para uma escola pública que cumpra, de fato, sua função social transformadora e, assim, seja possível conceber uma escola pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa. **Privatização da educação no Brasil: estratégias de regulação pelo setor privado da educação obrigatória**. [S.l.], mar. 2021. PDF. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/349825143\\_Privatizacao\\_da\\_educacao\\_no\\_Brasil\\_estrategias\\_de\\_regulacao\\_pelo\\_setor\\_privado\\_da\\_educacao\\_obrigatoria\\_1](https://www.researchgate.net/publication/349825143_Privatizacao_da_educacao_no_Brasil_estrategias_de_regulacao_pelo_setor_privado_da_educacao_obrigatoria_1). Acesso em: 22 mar. 2025.
- ALMEIDA, Antônio. **Lugar de toda pobreza**. Vitória: TV Gazeta, 1983. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YB2RijnK0Vc>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 5 maio 2025.
- BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 8 mar. 2025.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Relatório de execução financeira por aluno 2016–2020. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.fnde.gov.br/images/Relatorio\\_Execucao\\_Financeira\\_Aluno\\_2021.pdf](https://www.fnde.gov.br/images/Relatorio_Execucao_Financeira_Aluno_2021.pdf). Acesso em: 8 mar. 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar: microdados de matrículas por EMEF 2017–2024**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2014-2016**. Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/outras\\_acoes/estudos\\_pne/2016/relatorio\\_pne\\_2014\\_a\\_2016.pdf](https://download.inep.gov.br/outras_acoes/estudos_pne/2016/relatorio_pne_2014_a_2016.pdf). Acesso em: 28 jun. 2025.
- BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei n.º 14.934, de 25 de julho de 2024**. Prorroga a vigência da Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, até 31 de dezembro de 2025. **Diário Oficial da União**: seção

1, Brasília, DF, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.934-de-25-de-julho-de-2024-548660623>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CNDE). **EC 95/2016: O fim do PNE (2014-2024)**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2017. Disponível em: <https://campanha.org.br/wp-content/uploads/2017/04/EC-95-2016-O-fim-do-PNE-2014-2024.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA (CMV). Câmara de Vitória promove audiência pública para garantir o 9.º ano na Grande São Pedro. Vitória, 6 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cmv.es.gov.br/noticia/ler/11181/cmara-de-vitria-promove-audincia-pblica-para-garantir-o-9-ano-na-grande-so-pedro>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA (COMEV). Comissão de Legislação e Normas. **Parecer COMEV-CLN nº 22/2021** – Proposta de Organização do Ano Letivo 2022 e alteração da Resolução COMEV nº 07/2008. Vitória, 30 dez. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A escola contestada: críticas e alternativas**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **Orçamento da União para a Educação Pública: 2015-2017**. Brasília: INESC, 2018. Disponível em: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Relat%C3%B3rio-Sint%C3%A9tico-Or%C3%A7amento-Educa%C3%A7%C3%A3o-2015-2017.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Perfil da pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no CadÚnico 2020**. Vitória, 2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse: Fundamentos da Crítica da Economia Política (Manuscritos de 1857–1858)**. São Paulo: Boitempo, 1996.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. Disponível em: <https://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Istv%C3%A1n-M%C3%A9sz%C3%A1ros-A-educa%C3%A7%C3%A3o-para-al%C3%A9m-do-capital.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MOLINA, Rodrigo Sarruge; BORDIGNON, Talita Francieli. A BNCC, a intencionalidade da pedagogia das competências e o ensino de História. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, Marília, v. 7, n. 10, p. 89-109, jun. 2022. DOI: 10.36311/2526-1843.2022.v7n10.p89-109. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2022.v7n10.p89-109>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (PMV). Secretaria de Educação. **Número de Matrículas por EMEF: Censo Escolar 2017–2024**. Vitória, 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (PMV). Secretaria Municipal de Educação. **Portaria SEME n.º 123/2017**. Vitória, 15 ago. 2017. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/semi/atos-oficiais/portaria-123-2017.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

RODRIGUES, Fabrício José. **Transformações Curriculares na Rede Municipal de Vitória-ES (2018-2024): Uma Disputa pela Função Social da Escola**. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA (SEME). **Ofício n.º 1014/2021-SEME/GAB**. Vitória, 11 nov. 2021. Acervo da Prefeitura Municipal de Vitória. Documento oficial.

TOKARNIA, Mariana. Reforma do ensino médio e ocupações em escolas marcam 2016. **Agência Brasil**, Brasília, 26 dez. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/reforma-do-ensino-medio-e-ocupacoes-em-escolas-marcam-2016-veja>. Acesso em: 28 jun. 2025.

VITÓRIA (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos de Vitória**. 2. ed. Vitória: SEME, 2020.

VITÓRIA. **Portaria SEME n.º 14/2022**. Acervo da Prefeitura Municipal de Vitória. **Diário Oficial do Município**, Vitória, 2022.

ZWIRTES, Marlene; MARTINS, Lourdes. A BNCC e os mecanismos de accountability. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 110-125, 2020.

**Data da submissão: 05/08/2025**

**Data da aprovação: 28/09/2025**